

honorários advocatícios

@beatriznamiestudies

↳ **contraprestação recebida pelo advogado**

▶ o **Novo Código de Ética e Disciplina (CED)** trata da advocacia pro bono, onde há prestação gratuita, eventual e voluntária de serviços jurídicos em favor de instituições sociais que não tem fins econômicos e aos seus assistidos, sempre que os beneficiários não dispuserem de recursos para a contratação de profissional.

honorários

convencionados
arbitrados judicialmente
forma verbal ou escrita

↳ não ocorrendo a combinação entre advogado e cliente sobre o valor dos honorários, os mesmos serão **arbitrados pelo juiz**, com **remuneração comparável com o trabalho e o valor econômico da questão**.

▶ mesmo assim **os honorários não podem ter valor inferior ao estabelecido na tabela de honorários** criada por cada Conselho Seccional.

▶ quando atuar como dativo, tem direito a receber honorários fixados pelo juiz e pagos pelo Estado.

atenção

→ salvo estipulação em contrário, um terço dos honorários é devido no início do serviço, outro terço até a decisão de primeira instância e o restante no final.

▶ **o advogado pode também receber por sua participação no resultado ou ganho obtido na causa.**

↳ os **honorários sucumbenciais** são pagos pela parte vencida ao advogado da parte vencedora. Se o advogado falecer ou se tornar incapaz civilmente, os honorários de sucumbência são devidos aos seus sucessores ou representantes legais.

↳ **honorários assistenciais**: são definidos como os fixados em ações coletivas propostas por entidades de classe em substituição processual, sem prejuízo aos honorários convencionais.

___/___/___

▶ o contrato de honorários advocatícios feito por escrito constitui título executivo, do contrário, quando o contrato é feito de forma verbal, é necessário uma ação de cobrança.

@beatriznamiestudies

importante → quando o advogado receber um substabelecimento com reserva de poderes, não poderá cobrar honorários respectivos sem a intervenção daquele que lhe substabeleceu.

▶ A ação de cobrança de honorários advocatícios prescreve em 6 anos, contados a partir do vencimento do contrato, quando houver.